

Ilustríssimo(a) Senhor(a)

Promotor de Justiça,

Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Senhoria, vimos, através deste, solicitar resoluções acerca de problemáticas que estão impossibilitando nossa plena atividade laboral (e, para além desta, prejudicando nossa integridade física e mental) como docentes da Escola Cidadã Integral e Técnica Dr. Elpídio de Almeida. Eu, Raquel Maria Soares Rodrigues, Trabalho no “Estadual da Prata” desde o ano de 2017 e nunca passamos por tantas situações constrangedoras em 20 anos de profissão como vimos passando – incluo aqui o professor Tiago Rodrigues que está na escola há mais tempo que eu. No meu caso, assim que cheguei à escola, fui recebida pelo então vice-diretor, Carlos Daniel Alencar, de modo ríspido; o mesmo afirmou que “não gostava de mim antes mesmo de me conhecer”, pois eu havia ajudado os alunos, com café e pão, durante o período de ocupação, em meados de 2016. Conforme o mesmo, “eu alimentei um bando de vagabundos”. Segundo o mesmo me recomendou também no período, eu não deveria me relacionar com o professor Tiago, pois ele apresentava um comportamento “subversivo” para os padrões moralistas da escola e tinha ajudado os alunos na ocupação Na verdade, desde que coloquei os pés lá, percebi uma necessidade da liderança da escola em legitimar o seu poder e, o combate aos que os denunciados nomeiam como ameaça aos parâmetros tradicionais da escola, como preconceito de gênero, intolerância religiosa, entre outros, além do constante assédio moral por parte dos mesmos tanto contra os professores e funcionários, quanto contra os alunos. Uma vez fui advertida verbalmente pelos três diretores, até então, no ano de 2017, Maria Priscila Porto (ocupava o cargo de coordenadora pedagógica), Fátima Lacerda (ocupava o cargo de direção geral da escola. Após a sua exoneração, passou a ocupar o cargo de coordenadora administrativa financeira em outra escola) e Carlos Daniel Alencar (ocupa o cargo de coordenador administrativo financeiro na escola) porque, de acordo com eles, o grupo de teatro cujo coordeno (que é formado por alunos também de outras escolas do estado) e é apadrinhado e apoiado pelo professor Tiago estava "sujando" o nome da Prata, já que grande parte dos jovens, aparentemente, não seguem padrões binários de sexualidade; por esse motivo eles estavam "sujando" o nome do gigantão. De forma direta foram definidos por termos tais qual posso destacar “um grupo formado por sapatão, veado e maconheiro”

O grupo de teatro intitulado “Mítikos” desenvolve um trabalho voltado às mitologias desde o seu surgimento, no ano de 2016. Já se apresentou em eventos como: “Sexta Cultural”, na Sab de Santa Rosa, para alunos da E.E.E.F.M. Professor Antônio Oliveira; “III Encontro dos Ex-alunos Amigos do Estadual da Prata” – na própria escola, sob uma tempestade de problemas surgidos ao ponto de muitos integrantes chorarem copiosamente, inclusive eu. Problemas que se deram tanto no plano logístico (com a ameaça, de última hora, de nós não termos o espaço cedido para apresentar o nosso trabalho) como no plano estrutural; “XIX Semana da Cultura do Município de Soledade”, no clube Recreativo, Beneficente e Cultural da referida cidade. Também já se apresentou nas escolas: E.E.E.F.M. Murilo Braga e E.E.E.F.M. Félix Araújo. Além da parceria que tem com o Teatro Elba Ramalho e Cine Teatro São José que são mantidas para as apresentações anuais. Os espetáculos que foram apresentados são: Teseu e o Minotauro, em 2016; Sob as asas e as vendas do amor (Eros e Psiquê), em 2017. No corrente ano, o grupo está trabalhando com Mitologia Nórdica, com destaque para a cultura Viking; possibilitando um aprofundamento e entrega na apropriação e na promoção da arte mediante a dança, a música, a poesia cênica e o teatro. Os ensaios são realizados aos sábados no Estadual da Prata (quando não estava locado de forma irregular e sem conhecimento da 3° regional de ensino para eventos religiosos e cursinhos particulares) e no Murilo Braga. Tal grupo sofre muita perseguição desde que começaram os ensaios. Nunca pode ter acesso ao equipamento (seja de som ou de outra natureza) da própria escola, porque o coordenador administrativo financeiro (que também foi vice-diretor) não permite. Alguns alunos, inclusive já foram xingados pelo mesmo, Carlos Daniel Alencar.

Uma vez, interroguei a diretora, Fátima Lacerda, sobre o motivo para tanta perseguição para com o grupo de teatro, e a resposta foi “Tudo o que é mais difícil não é mais gostoso?”. Respondi claramente que não. Fui chamada à direção diversas vezes no ano passado por diversos motivos, até motivos inexistentes, como o fato de não ter deixado um aluno *desistente* fazer um trabalho individual, quando eu havia pedido um trabalho em grupo.

Os líderes da escola, até dois meses atrás, na formação da Prata como Escola Cidadã Integral, possuem/possuíam os cargos de: Fátima Lacerda, diretora; Maria Priscila Porto, coordenadora pedagógica e Carlos Daniel Alencar, coordenador administrativo financeiro. Maria Priscila Porto não ocupa mais o cargo acima citado. Mesmo com essa nova estrutura escolar, eles continuaram com as mesmas posturas: falta de educação, preconceitos, assédios, perseguições, entre outros.

No início desse ano, os professores foram convocados a carimbarem e separarem os livros didáticos, no entanto, na área de linguagens, alguns professores estavam elencando as nuances do levantamento de dados ou sondagem inicial (material produzido pela mesma equipe de professores), aplicado na primeira semana de aula aos alunos, e por esse motivo, fomos chamados de “vagabundos”, pelo próprio Carlos Daniel Alencar. Sem contar que em diversas reuniões, a então coordenadora pedagógica Priscila Porto se referia aos seus antigos colegas de trabalho (incluo nesse hall o professor Tiago que trabalha na escola há 05 anos) em reuniões oficiais como “vagabundos” “que produziam trabalhos merdas” entre outros termos de baixo escalão causando comoção e revolta de toda uma categoria profissional, pois ela se aproveitava de anuência dos demais membros do corpo diretivo, bem como do baixo número de professores efetivos para cometer o constante assédio moral e a violência psicológica que até então sofríamos.

No dia 15 do mês de agosto se aproveitando da ausência do professor Tiago e sabendo que estava ficando psicologicamente e fisicamente fragilizada, soube que a direção estava elaborando uma espécie de abaixo assinado para se resguardar das denuncias que eu, o professor Tiago e alguns alunos, ex alunos, funcionários e ex funcionários fizemos contra os constantes abusos cometidos por essa gestão que já se perpetuava no cargo (mesmo com as mudanças no campo administrativo trazidos pela escola cidadã) há um bom tempo no poder. Alguns professores prestadores relataram-me que foram coagidos a assinarem, por pressão, pois o discurso era de que, aqueles que não assinassem, poderiam ser colocados para fora da escola, perdendo a sua vaga na Prata. Soube de outra lista que estava sendo passada para alunos, ex-alunos, professores, ex-professores e funcionários e ex-funcionários, afirmando que a direção seguia um padrão de dedicação pautada em um dos pilares da educação que é o conviver. Muitos estudantes afirmaram que não sabiam o que estavam assinando, fizeram isso a pedido da direção. Além disso, soube de uma terceira lista em resposta a segunda que os alunos afirmaram ter sofrido algum tipo de abuso dentro da escola. Como apenas o meu nome havia sido citado, imediatamente compreendi que uma denúncia que fiz a ouvidoria do estado e mesmo a denuncia sendo tratada no campo administrativo como sigilosa, secreta e anônima, meus dados haviam sido divulgados à direção. Não entendi o porquê de apenas o meu relato ter sido divulgado. No final do expediente, no dia 15 de agosto do corrente ano, na última aula, os alunos foram chamados ao auditório; lá, o data show e o equipamento de som já estavam ligados. Com a presença da diretora Fátima Lacerda de sua filha, coordenadora das turmas técnicas da escola, Isabella Lacerda e apresença de alguns professores, os alunos subiram ao palco, leram as denúncias FEITAS POR MIM À OUVIDORIA ESTADUAL. O documento foi exposto no telão, os alunos também leram o documento físico (na mão de vários alunos menores de idade) e pediram para que eu subisse ao palco e mostrasse as provas. No mesmo instante, me retirei do local junto com o professor Tiago, que mesmo estando de licença paternidade no período, entendendo à gravidade da situação veio ao meu socorro e afirmei que as provas já estavam com os órgãos competentes – o que de fato é verdade e inclui desde depoimentos de alunos, entre outros. Nunca imaginei ser exposta de tal maneira. Nem tive como me defender e diante de tal situação, pedi para alguns alunos exaltados com tamanha situação fizessem o mesmo. E foi o que aconteceu. Quando sai e já estava na escadaria, a diretora ainda tentou me interpelar, ao afirmar que eu teria que provar muita coisa. Alguns alunos que estavam no auditório saíram me chamando de *mentirosa* e *vadia*. Fui diretamente ao Centro LGBT e Referência da Mulher; inclusive, no dia da inauguração do primeiro citado. Alguns alunos estavam comigo e deram o seu depoimento, além do professor Tiago que estava junto comigo e sofre assédio. Estou sendo acompanhada pelo Centro da Mulher e por um psiquiatra e sinto-me extremamente acuada por não ter, até o presente momento, um direito de resposta, visto que a minha imagem, enquanto profissional, foi prejudicada, bem como a do professor Tiago que foi vítima de diversas calúnias, intolerância religiosa (quando por diversas vezes teve o projeto e o nome da sua sala temática constantemente depredado e danos materiais pois teve o seu carro riscado). O assédio moral está tão claro que, em reunião de professores, meu marido já foi citado e por uma acusação inexistente e agora, nesse momento, por eu ter levado a declaração de acompanhamento do Centro de Referência da Mulher, a então diretora geral Fátima Lacerda acusou sem provas o meu marido de violência doméstica para o professor Tiago, pois estava tão fragilizada que ele está até o presente momento intermediando meus assuntos com a gestão da escola, dada a fragilidade física e moral que me encontro (o professor Tiago está também sendo acompanhado por um psicólogo e um psiquiatra dada a gravidade do assédio que também vem sofrendo). No dia 29 de agosto, teve o Plantão Pedagógico, e estou afastada pelo médico psiquiatra (por motivos óbvios) e já soube que o próprio Carlos Daniel falou a alguns pais de alunos que o grande problema de “sua” escola, já que se intitula ainda como vice-diretor para muitos pais, é o grupo de teatro Mítikos – que por sinal tem apoio de muitas instituições, contando até com a parceria de grupos artísticos de outras cidades, de profissionais renomados na área de dança e de artes marciais, dentre outras áreas, menos da escola em que se encontra lotado. O grupo é parte da história cultural da nossa cidade, do nosso estado, pela inovação temática na região e pela busca do Protagonismo Juvenil (tão defendido pelo atual projeto das ECIs) e precisa ser, sobretudo, respeitado, afinal, mesmo com a semana cansativa de uma jornada de trabalho (para mim) e de estudo (para os jovens), estamos aos sábados produzindo arte, vivendo pela arte. Pelo o que estudei, cheguei a acreditar nesse projeto que é a ECI, e por puro devaneio acreditei também que o panorama na escola da qual fiz parte, outrora até mesmo como estudante, iria mudar, fato que não aconteceu.

Para além dos acontecidos até então, no dia 21 de novembro deste corrente ano, às 9h, juntamente com o professor Tiago Rodrigues, nos dirigimos a 3ª Delegacia Distrital de Campina Grande, contextualizando por meio de fatos anteriores que pudessem justificar o acontecido desse dia, confirmando que os senhores Carlos Daniel e Fátima Lacerda dificultaram a execução do trabalho dos professores, legitimando casos de intolerância religiosa, casos de assédio moral e casos de homofobia contra alunos e professores por parte da gestão da escola. Com relação a esses fatos, os professores envolvidos têm registrado os boletins de ocorrência anteriores, além de denúncias à Ouvidoria da Educação do Estado da Paraíba.

Na manhã do dia 21 de novembro, chegou ao conhecimento da comunidade escolar, através de diário oficial, a exoneração da senhora Fátima Lacerda, a pedido da mesma. Ciente de tal exoneração, a direção da escola, na tentativa de “comover” os alunos, convocou o corpo discente a comparecer ao pátio da escola, sob um suposto pretexto de uma reivindicação à permanência da diretora. Contudo, de forma subjetiva, a direção acabou contribuindo para uma antipatia / rejeição de um grupo de alunos para com os professores comunicantes, quando da exposição das denúncias anteriormente citadas, o que levou a uma tentativa de linchamento dos professores por parte de um grupo de alunos, que interpretaram que a exoneração da diretora da escola fosse de responsabilidade dos comunicantes, que, avisados por outros professores e alunos do risco iminente, ao atravessar o grupo de alunos no pátio e na escadaria, o professor Tiago Rodrigues ligou para a polícia para solicitar auxílio para sair da escola, já que os docentes temiam por sua integridade física. Ao chegar até o estacionamento, auxiliados pela PM, o professor Tiago percebeu que seu veículo Corsa Classic, de placa MKF – 3851 / PB, estava com arranhões em toda a lateral esquerda e no porta malas do veículo. O comunicante acredita que tais arranhões possam ter sido feitos por alunos da escola motivados pela situação. Em outra ocasião, um dos retrovisores da motocicleta da comunicante Raquel Maria Soares fora arrancado, por volta da primeira semana de setembro, mas a mesma efetuou o conserto, sem registrar o fato. Há cerca de umas duas semanas atrás, o então coordenador administrativo financeiro protagonizou outras situações lamentáveis de assédio, acarretando na demissão de três funcionárias prestadoras de serviço.

Com relação ao motim do dia 21 de novembro, a direção e a comissão que administra as escolas cidadãs integrais permaneceu omissa quanto à tentativa de agressão aos professores. Estes têm provas audiovisuais das duas datas supracitadas (15 de agosto e 21 de novembro), além de outros relatos que legitimam todas as acusações levantadas e repassadas à Ouvidoria anteriormente (que, sem nenhuma justificativa aparente, mesmo garantindo sigilo das denúncias, expôs apenas a única mulher envolvida no caso, a professora Raquel Maria Soares). Os comunicantes não têm e não tiveram acesso às gravações do estacionamento da escola, que são de posse da gestão escolar. O último boletim registrado pede resguardo legal e administrativo dos docentes envolvidos quanto a todos os fatos ocorridos.

Por fim, solicito, por meio desse relatório, que o Ministério Público do Estado da Paraíba, através de Vossa Senhoria, possa nos dar suporte, já que a nossa integridade profissional, física e moral foram severamente prejudicadas perante toda a comunidade escolar do referido estabelecimento de ensino. Solicitamos, ainda, por questões éticas e legais, que as devidas providências jurídico-administrativas sejam tomadas, uma vez que são incontáveis as transgressões ocorridas na escola citada; e, por fim, que haja uma preocupação particular na restauração da nossa dignidade moral, sobre a qual, como pôde ser exposto através deste, se derramaram todos (ou quase todos) os tipos de atrocidades possíveis que um profissional da educação poderia sofrer fora a omissão proposital do até então corpo diretivo da escola para uma resolução razoável e administrativa dos acontecimentos, tendo suas decisões abusivas, desrespeitosas, e preconceituosas tuteladas pela comissão que gere a administra as escolas cidadãs integrais da Paraíba, pois foram feitas denúncias tanto ao coordenador geral das escolas cidadãs bem como os responsáveis pela mesma na 3° regional de ensino, comparecendo por algumas vezes na escola, recebendo as denuncias devidamente comprovadas e não tomaram nenhuma medida punitiva administrativa para relatar os casos denunciados anteriormente, dando a entender que houve anuência e encobrimento das denuncias pelos mesmos. As únicas instâncias que nos auxiliaram mesmo nas suas limitações foram a nossa entidade de classe ( SINTEP) e a gerente regional de ensino Giovana que ao tomar conhecimento do ocorrido e a proporção ao qual havia chegado, mesmo possuindo limitações administrativas nos deu sempre o suporte necessário sempre que acionada.

Queremos também garantia de que os nossos direitos trabalhistas serão respeitados, pois recebemos recados e ameaças constantes de que vamos ser afastados, transferidos da escola ou desligados do sistema da escola cidadã (mesmo ate então estando em dia com nossas competências administrativas, fora que acarretaria num grande prejuízo salarial) em nossas redes sociais particulares (whatsapp) por membros da comissão gestora da escola cidadã nos causando constrangimento público, pois não apresentam nenhuma decisão oficial e documentada desses atos e até então os únicos a sofrer punição somos nós, que somos vítimas de sucessivos atos da reiterada incompetência administrativa da comissão gestora das escolas cidadãs integrais que não soube lhe dar com a complexidade de uma questão até então da categoria de classe docente da escola e junto com o então corpo diretivo da escola pessoalizaram a questão, nos causando prejuízos morais, administrativos, físicos e psicológicos.

Gostaria de relatar que desde o ocorrido eu estou de licença e o professor Tiago retornou normalmente as suas funções laborais (mesmo estando à base de acompanhamento psicológico e psiquiátrico) e o mesmo relatou que não sofreu nenhum tipo de constrangimento decorrente da situação relatada anteriormente nem por parte dos alunos envolvidos (que continuaram normalmente na escola sem serem punidos) nem por parte de colegas de trabalho e nem pelo coordenador administrativo financeiro da escola, parte envolvida nas narrativas e que permanece na escola. Os únicos ameaçados de punição fomos nós, as vítimas. Ante a gravidade dos fatos relatados pedimos desesperadamente que o senhor promotor nos ajude a continuar realizando as nossas atividades laborais, ou seja, que nos sejam garantidos que continuaremos na escola e que não teremos prejuízos salariais e que o senhor intervenha no caso para que os reais culpados sejam devidamente punidos.

Sem mais para o momento, aproveitamos para renovar nossos cumprimentos de alta e respeitosa consideração.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Raquel Maria Soares Rodrigues

Mat. 178362-9

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tiago Rodrigues Araújo

Mat.